



Poder Legislativo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO ESPECIAL

PARECER

Matéria: VETO A PROJETO DE LEI N. 9/2023

VETO PARCIAL INCIDENTE SOBRE A ÍNTEGRA DO ARTIGO 6.º, OS INCISOS I E II DO ARTIGO 8.º E O INCISO II DO § 1.º DO ARTIGO 11 DO PROJETO DE LEI N. 362/2022, DE AUTORIA DO DEPUTADO ADJUTO AFONSO, QUE “INSTITUI DIRETRIZES PARA O ESTATUTO ESTADUAL DA MICROEMPRESA, DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE E DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATOR: DEPUTADO DR. GEORGE LINS

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão Especial o Veto n. 9/2023 de autoria do Poder Executivo, que tem por finalidade VETO PARCIAL incidente sobre a íntegra do artigo 6.º, os incisos I e II do artigo 8.º e o inciso II do § 1.º do artigo 11 do Projeto de Lei n. 362/2022, de autoria do Deputado Adjuto Afonso, que “INSTITUI diretrizes para o Estatuto Estadual da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte e do Microempreendedor Individual no âmbito da Administração Pública do Estado do Amazonas.”

Na qualidade de Presidente da Comissão Especial, avoco a relatoria nos termos regimentais. Passo a opinar.

É o breve relatório.





Poder Legislativo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO ESPECIAL

II – FUNDAMENTAÇÃO

Chega a esta Comissão Especial o Veto n. 9/2023 de autoria do Poder Executivo, que tem por finalidade VETO PARCIAL incidente sobre a íntegra do artigo 6.º, os incisos I e II do artigo 8.º e o inciso II do § 1.º do artigo 11 do Projeto de Lei n. 362/2022, de autoria do Deputado Adjuto Afonso, que “INSTITUI diretrizes para o Estatuto Estadual da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte e do Microempreendedor Individual no âmbito da Administração Pública do Estado do Amazonas.”

Em nota técnica a SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA – SEFAZ sugere a aprovação do PROJETO DE LEI 362/2022 com veto para os seguintes dispositivos:

1º- ARTIGO 6º

Segundo posicionamento dos técnicos da SEFAZ, a implementação integral das diretrizes contempladas no artigo 6º demandariam profundas alterações nos sistemas informatizados da SECRETARIA e de outros órgãos do Poder Executivo Estadual envolvidos nos procedimentos de abertura, registro e alterações cadastrais e, além disso, o projeto não cita a origem dos recursos a serem utilizados no desenvolvimento das alterações propostas.

Explicam também que o PL em análise não dispõe de manifestação dos órgãos responsáveis pelo desenvolvimento e manutenção dos sistemas informatizados atualmente em uso acerca da possibilidade técnica, possíveis riscos à continuidade da arrecadação de tributos ou sobre o custo estimado das alterações necessárias.

2º - ARTIGO 8º INCISOS I e II

INCISO I – O texto é impreciso em determinar com clareza a natureza das penalidades. Essa dubiedade ensejaria duas interpretações: 1) a impossibilidade recai sobre infrações não tributárias e nesse caso, falta a SEFAZ expertise e competência legal para opinar, sendo necessário ulterior manifestação dos demais órgãos estaduais envolvidos no processo. No entanto, a incerteza pode ensejar uma grande judicialização em torno do dispositivo; 2) a impossibilidade recai sobre infrações tributárias considerando que o





Poder Legislativo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS COMISSÃO ESPECIAL

lançamento tributário é atividade plenamente vinculada e o PL não define situações específicas, de forma derogatória à legislação tributária, onde não se aplicaria o lançamento da penalidade, o texto delegaria à autoridade administrativa, de forma discricionária, as hipóteses em que o ato não seria praticado. Tal dispositivo também esvaziaria o poder do Fisco para impor o cumprimento da legislação tributária e o pagamento do tributo devido.

INCISO II – Cerca de 70% dos contribuintes escritos no estado do Amazonas são optantes do SIMPLES NACIONAL, enquadrados também em sua grande maioria, como MEI, ME ou EPP. A desoneração prevista nesse item pode acarretar renúncia vultosa e afetar gravemente o financiamento de órgãos do Poder Executivo Estadual. Ademais, não identificamos nos Autos qualquer estimativa do Impacto orçamentário-financeiro da renúncia fiscal ou qualquer iniciativa no sentido do atendimento às premissas para concessão de benefícios fiscais presentes no artigo 14 da Lei Complementar 101/2000.

3º - ARTIGO 11, §1º, INCISO II

A Constituição determina que a concessão de incentivos fiscais do ICMS depende de celebração de convênio de unanimidade entre os estados, reunidos no Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, na forma da LC 24/1975. O Amazonas possui em sua legislação incentivos para a aquisição de ativo permanente em situações específicas, mas não há autorização para concessão de benefício de forma ampla e restrita conforme previsto no dispositivo. Ademais, não identificamos nos Autos qualquer estimativa do impacto orçamentário-financeiro da renúncia fiscal ou qualquer iniciativa no sentido do atendimento às premissas para concessão de benefícios fiscais presentes no artigo 14 da LC 101/2000.

Sendo assim, em razão dos argumentos trazidos pela Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ, me posiciono favorável a manutenção do veto parcial.





Poder Legislativo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO ESPECIAL

III – VOTO

Diante do exposto, manifesto voto **FAVORÁVEL AO VETO PARCIAL** incidente sobre a íntegra do artigo 6.º, os incisos I e II do artigo 8.º e o inciso II do § 1.º do artigo 11 do Projeto de Lei n. 362/2022 enviada pelo Poder Executivo.

S.R. DA COMISSÃO ESPECIAL da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em Manaus, 21 de Agosto de 2023.

DEPUTADO DR. GEORGE LINS
RELATOR





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

ASSINATURAS DIGITAIS

FRANCISCO DO NASCIMENTO GOMES - EM 22/08/2023 12:11:35

SINESIO DA SILVA CAMPOS - EM 22/08/2023 10:55:13

GEORGE AUGUSTO MONTEIRO LINS DE ALBUQUERQUE - DEPUTADO(A) - EM 21/08/2023 21:50:50

